



Operação de Evacuação de Não Combatentes: uma possibilidade de Projeção Anfíbia

Introdução

O objetivo do presente artigo é identificar a importância do preparo de nossas tropas na realização de Operações de Evacuação de Não Combatentes (OpENC). Para tanto, serão mencionadas algumas OpENC desencadeadas ao longo do tempo e o enquadramento destas na atual doutrina do *United States Marine Corps* (USMC) e do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN).

Apesar das normas que norteiam a doutrina de OpENC serem relativamente recentes, tais operações estão presentes nas guerras e conflitos históricos há muito tempo, sendo sua evolução concomitante com a evolução do próprio conceito de Projeção Anfíbia. Tal fato pode ser comprovado por fatos históricos, tais como os arrolados a seguir em relação à Grécia antiga, à África e à Ásia.

Grécia Antiga

Para se defender dos ataques persas, algumas Cidades-Estado, lideradas por Atenas, aliaram-se, unindo suas tropas e navios, o que deu origem a chamada Liga de Delos.

Atenas e seus aliados venceram os persas, entretanto, a ascensão militar ateniense acirrou a disputa entre Atenas e Esparta pela hegemonia na região. Surge a Liga do Peloponeso, sendo Esparta sua principal integrante. Evidenciou-se, no transcurso da guerra, o sentimento de defesa de não combatentes, por meio do envio de tropas, além



Figura 1: O Império Ateniense no início da Guerra do Peloponeso
Fonte: sítio Wikipedia (www.wikipedia.org)

das grandes muralhas. Este episódio é um exemplo de operação de projeção de força através do mar para tarefas de proteção, inseridas em uma situação de guerra.

China

No período compreendido entre 1899 e 1900, a China se deparou com uma maciça presença estrangeira dentro de suas terras. A fome e a falta de emprego assolavam os nativos, que passaram a responsabilizar os visitantes pela caótica situação. Sacerdotes católicos, chineses convertidos e estrangeiros de diversas nacionalidades foram perseguidos e mortos. Com o pretexto de proteger potenciais vítimas, Estados Unidos, Rússia, Japão, Grã-Bretanha, Hungria, França, Itália e Alemanha uniram-se e organizaram uma expedição liderada pelo Almirante inglês Edward Seymour.

A partir do momento em que a guerra foi declarada, os Boxers, como eram conhecidos os integrantes das sociedades secretas chinesas, e o exército chinês cercaram Pequim por 55 dias e atacaram o bairro das embaixadas, matando alguns diplomatas, entre eles os representantes alemão e japonês. Devido ao apoio proveniente do litoral, a expedição logrou chegar a Pequim e combateu os agressores.

QUADRO 1 - FORÇA DA ALIANÇA DAS OITO NAÇÕES

Países	Navios	Marines	Exército
Japão	18	540	20.300
Rússia	10	750	12.400
Reino Unido	8	2.020	10.000
França	5	390	3.130
EUA	2	295	3.125
Alemanha	5	600	300
Itália	2	80	N/C
Hungria	1	75	
Total	51	4.750	49.255

Fonte: sítio Wikipedia (www.wikipedia.org)

A Força não foi capaz de assegurar a proteção da totalidade de seus diplomatas por não conseguir agir rapidamente nos pontos mais sensíveis, onde havia maior concentração dos mesmos. Fato digno de ressaltar foi a duração da expedição, a qual só foi possível em virtude dos itens obtidos das cidades existentes ao longo do trajeto.

Com os desgastes oriundos do fim da Segunda Guerra, as potências imperialistas europeias foram perdendo seu domínio sobre as colônias. Novos países foram surgindo e, com eles, intermináveis disputas entre etnias e grupos ideologicamente rivais.

A instabilidade política ainda é uma constante, sendo tais países palco de inúmeros golpes de estado e genocídios. Tal condição tem acarretado a realização de operações militares, entre elas, de evacuação, em território desses países.

Somente os Estados Unidos participaram, no último século, de pelo menos 17 operações desta natureza, excluindo-se aquelas em que a evacuação foi apenas uma das tarefas da Força. Destacam-se as realizadas em Saigon (1975), Libéria (1990) e Somália (1991), conduzidas em situação de crise, em que o êxito alcançado deveu-se, em muito, ao emprego judicioso do conjugado anfíbio.

Vários foram os episódios de emprego de forças militares, por vezes multinacionais, dentro do território de outro país, com a premissa de salvaguardar a integridade física de seus compatriotas. As Forças venceram distâncias consideráveis, transportando grandes quantidades de meios e suprimentos. Ocorreram tanto na paz quanto na guerra, em caráter humanitário e, muitas vezes, por períodos prolongados.

As OpENC para o USMC

Para a melhor compreensão do atual enquadramento das OpENC na doutrina do USMC, é interessante observar como ocorreu o emprego do poder militar naval ao longo da história americana. Para tanto, é possível dividi-la em quatro períodos distintos:

- a. De 1775 a 1889 - Período Continental: As atenções estavam voltadas para as minorias estrangeiras residentes, os mexicanos, ingleses e índios nativos, sendo, portanto, a estratégia de defesa nacional limitada ao âmbito interno, orientada para a proteção do seu território. Neste momento, os meios navais foram empregados em pequenas unidades para proverem a defesa das vias comerciais. A capacidade anfíbia ficou em segundo plano.
- b. De 1890 a 1945 - Período Expedicionário: Este período compreendeu as duas Grandes Guerras, sendo caracterizado pela estruturação de algumas bases avançadas no exterior. As principais ameaças foram a Alemanha e o Japão, nações com reconhecido poderio militar. A capacidade anfíbia foi primordial para o sucesso americano na guerra, possibilitando desembarcar em praias hostis e, desta forma, projetar poder de combate em outros continentes, superando as grandes distâncias envolvidas.
- c. De 1946 a 1989 - Período da Guerra Fria: Bases avançadas abrangentes foram desenvolvidas, além de suas fronteiras, a fim de comportar efetivos consideráveis do Exército e de meios aéreos. A União Soviética e seus aliados representavam as ameaças aos interesses americanos, ficando o mundo dividido em dois grandes blocos. Coube ao *seapower* a tarefa de reforçar as tropas dispostas nas bases avançadas e conter possíveis tentativas de avanços inimigos.

- d. De 1990 até os dias atuais - Período Pós-Guerra Fria:

Nós temos de analisar friamente onde seria necessário ou razoável lançar outro grande desembarque anfíbio novamente.

(Robert Gates, Secretário de Defesa dos EUA, 2010)

Atualmente, as ameaças são atores não estatais, que atuam de forma assimétrica e, normalmente, dissimulada. A curto prazo, não há a perspectiva de emprego da força em uma situação de guerra declarada. O terrorismo e os conflitos armados são o *background* para o emprego militar americano. Portanto, vem ocorrendo a redução de efetivos e a diminuição das bases no exterior. Tem sido comum o emprego de forças combinadas sob a égide do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). A estratégia americana se caracteriza pela combinação de *soft* e *hard power*, assumindo a capacidade anfíbia um papel fundamental por oferecer condições de projetar poder, permitindo acessar, tanto diplomática quanto militarmente, diversas regiões do globo.

Assim, devido à nova conjuntura, o USMC desenvolveu sua doutrina e seus meios (navios de propósitos múltiplos, por exemplo) a fim de adequar sua capacidade de projeção anfíbia às novas demandas impostas. Sem perder sua capacidade para as operações anfíbias clássicas, buscou estar pronto para a realização de operações militares de não guerra (*military operations other than war* - MOOTW), as quais podem assumir características de prevenção de conflitos ou mitigação de crises (cooperação de segurança, assistência humanitária, apoio a agências civis, operações de paz, ajuda em caso de desastres ou evacuação de não combatentes).

Com esta nova abordagem do seu emprego, o USMC “renasceu”, voltando a ser de vital importância dentro da estratégia americana, uma vez que sua capacidade expedicionária, somada às características do Poder Naval, contribui para a dissuasão, coibindo a evolução de conflitos, e credencia-o como tropa pronta para a realização de operações de não guerra em regiões de interesse.

Ao analisar duas das mais relevantes operações anfíbias Pós-Segunda Guerra Mundial, é possível constatar:

1. Em Hungnam (de 10 a 24 de dezembro de 1950): Retirada anfíbia conduzida pelos americanos para resguardar tropas que se encontravam no leste da Coreia do Norte. Envolveu 105.000 militares e 17.500 viaturas, aproximadamente. Houve, ainda, inserida na retirada, uma OpENC em ambiente hostil, a fim de garantir a segurança de não combatentes que se encontravam na região.
2. No Líbano (de 17 a 26 de julho de 2006): Operação Anfíbia conduzida em uma situação de não guerra para a evacuação de 15.000 cidadãos americanos, executada pela 24ª *Marine Expeditionary Unit* (MEU). O emprego de força adestrada e pré-posicionada foi essencial para o sucesso.

As duas operações explicitam o vulto das OpENC. Além disso, as peculiaridades afetas ao planejamento detalhado, às relações de comando, à avaliação de riscos, à permanência da força, à sua condução e à necessidade de pronta-resposta ratificaram as tropas expedicionárias como as mais capacitadas a realizarem este tipo de operação. O apelo da opinião pública, as pressões internacionais pela manutenção da paz mundial e a postura da Organização das Nações Unidas, no que se refere à não intervenção entre os Estados,

corroboram o desenvolvimento alcançado pela doutrina do USMC e a sua preparação para a realização de operações militares de não guerra (MOOTW), tendo as OpENC posição de destaque pela sua ocorrência e seu caráter humanitário e de segurança.

A Doutrina do CFN

Vive-se em um mundo globalizado, onde prevalecem países enfraquecidos e conflitos armados duradouros, sempre sujeitos aos efeitos de calamidades e desastres naturais. Em meio a estas incertezas, o Brasil tem conseguido, no campo político, aumentar sua presença e influência externa. Grandes são seus interesses em liderar o bloco sul-americano e tornar-se membro permanente do CSNU, mas, para tanto, seguem-se as preocupações com os assuntos ligados ao Atlântico Sul, com a comunidade brasileira na Bolívia e no Paraguai e com o policiamento de sua extensa fronteira terrestre. Coincidentemente, uma das áreas (costa do continente africano) de influência tem sido, historicamente, palco de grande instabilidade política e social.

Observando-se esta realidade, da mesma maneira que o USMC, a doutrina evoluiu para atender as atuais necessidades e possibilidades de emprego. Conforme a Doutrina Básica da Marinha (DBM), de 8 de janeiro de 2014, surge a quinta modalidade de Operação Anfíbia (OpAnf): a Projeção Anfíbia. Tal modalidade de OpAnf inclui, entre outras, as operações militares conduzidas a partir do mar inseridas no contexto de operações de não guerra, de emprego limitado da força e de apoio às de guerra naval.

As OpAnf, com esta nova modalidade, não se aplicam somente a situações de guerra, alterando-se, indissociavelmente, a concepção de que a projeção de poder ocorre somente em território inimigo. A projeção de poder desenvolve-se por meio da participação militar além das fronteiras, em situações que possibilitem o respeito internacional ao país, por iniciativa própria ou atendendo a solicitações provenientes de acordos externos, visando a dissuadir potenciais agressores e a apoiar os interesses nacionais relacionados à manutenção da paz internacional. Desta forma, o conceito de Projeção Anfíbia, claramente, não se restringe ao caso de guerra declarada ou a ações estritamente de combate.

Hoje há mais de três milhões de brasileiros residentes fora do país, cerca de 120 embaixadas, mais de 40 consulados, 7 representações junto a organismos internacionais e os investimentos das companhias brasileiras no mercado internacional estão entre os maiores no âmbito das empresas latino-americanas. Atendendo-se a uma eventual necessidade de “defender os interesses nacionais e das pessoas, dos bens e dos recursos brasileiros no exterior (Objetivos da Defesa Nacional)”, o CFN, por “sua natureza expedicionária por excelência e

sua condição de pronto emprego (Estratégia Nacional de Defesa)”, atrelado à mobilidade, versatilidade, flexibilidade e permanência que lhe são conferidos pelo Poder Naval, possui, na Força de Fuzileiros da Esquadra (FFE), a força capacitada a realizar operações tipo Projeção Anfíbia, assumindo as OpENC relevante destaque no atual cenário, à medida que o poder político nacional vence barreiras culturais e longínquos marcos fronteiriços.

O CFN, por meio da Projeção Anfíbia, possui a capacidade de projetar poder do mar para terra, defendendo os interesses nacionais fora do continente. Sua capacidade expedicionária é fundamental tanto na guerra, como na paz, sendo o Conjugado Anfíbio um instrumento de dissuasão e de pronto emprego para o atendimento dos anseios de nosso país. A condução de OpENC, tão mais provável quanto mais influente for a política externa nacional, amplia o emprego do CFN para operações com caráter de proteção, em qualquer lugar, a qualquer tempo, daquilo que uma nação tem como sua maior riqueza: seu povo.

Referências

ESTADOS UNIDOS. Marine Corps. **MCDP 1-0: Marine Corps Operation**. Washington, D.C., 2011.

MATTIS, J. N. **Assessment of effects based operations**. Disponível em: <<http://smallwarsjournal.com/blog/assessment-of-effects-based-operations-updated>>. Acesso em: 29 set. 2014.

MILITARY Operations other than war. Disponível em: <<http://www.cdmha.org/toolkit/cdmha-rltk/PUBLICATIONS/j7-mootw.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2014.

O GptOpFuzNav na realização de uma operação de não combatentes: uma necessidade para o século XXI. Disponível em: <<http://xa.yimg.com/kq/groups/22036402/881638796/name/ENC+Luiz+Claudio.ppt>>. Acesso em: 30 set. 2014.

OPERAÇÃO de evacuação de cidadãos brasileiros na Líbia. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/operacao-de-evacuacao-de-cidadao-brasileiros-da-libia>>. Acesso em: 30 set. 2014.

SMITH, Rupert. **The utility of the force: the art of war in the modern world**. [S.l.]: Random House, 2008.

SUPPORT and stability operations and changing rules governing the use of force: LS26. Disponível em: <<http://ocean.otr.usm.edu/~w416373/HIS%20351/Lsn%2026-SASO.ppt>>. Acesso em: 30 set. 2014.

TUCÍDIDES. **História da guerra do Peloponeso**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

